



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Minas e Energia

Requerimento nº _____, de 2013.
(Do Sr. Eduardo da Fonte)

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir as regras e o mix de energias que vão integrar o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado “A-5”, agendado para de dezembro de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de audiência pública para discutir com o Ministério das Minas e Energia (MME) e com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) as regras e o mix de energias que vão integrar o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado “A-5”, agendado para de dezembro de 2013.

Sugiro sejam convidados:

- a) o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME; e
- b) o Sr. Maurício Tomasquim, Presidente da EPE.

JUSTIFICATIVA

O MME publicou a Portaria nº 234/13, no Diário Oficial da União do dia 10/7/2013, que define as diretrizes para a realização do segundo Leilão de Energia A-5/2013, a ser realizado em 13 de dezembro de 2013. O primeiro Leilão de Energia A-5/2013 está agendado para o dia 29 de agosto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Minas e Energia

No segundo Leilão A-5/2013 serão negociados Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), na modalidade por quantidade para usinas hidrelétricas, e na modalidade por disponibilidade, para usinas termoeletricas a carvão, gás natural em ciclo combinado ou biomassa.

O início de suprimento dos contratos será em 1º de janeiro de 2018 e o prazo de suprimento será de 30 anos para o CCEAR por quantidade e de 25 anos para o CCEAR por disponibilidade.

É de se destacar que a EPE tem registrado, nas últimas edições do Plano Decenal de Expansão de Energia, a perda da capacidade de regularização do parque hidrelétrico, que explica, em grande parte, o crescente uso de despacho térmico por razões elétricas.

Do ponto de vista técnico a solução consiste em acrescentar potência instalada ao SIN, seja na modalidade quantidade, seja na por disponibilidade.

O desafio que se apresenta no médio e no longo prazo é o de criar incentivos para alavancar a expansão da oferta de potência no SIN de empreendimentos hidroelétricos, bem como empreendimentos a biomassa, gás natural, carvão e solar.

É necessário discutir com a EPE e com o MME a ideia de que processo competitivo, baseado em leilões de potência, não deve se circunscrever a uma ocorrência isolada, mas deve representar uma solução de característica estrutural que induza ao crescimento do mercado de oferta de energia oriunda de todas as fontes.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado EDUARDO DA FONTE

PP/PE